

Memórias ignoradas: o início de Maringá sob a ótica da habitação popular¹

Memories ignored: the beginning of Maringá from the perspective of popular housing

Ma. Tatiane Boisa Garcia²

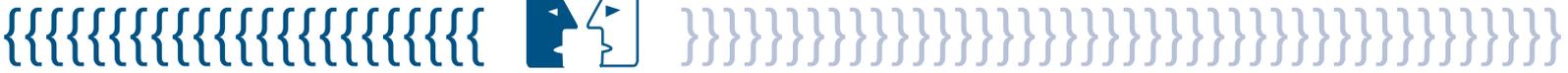
Dra. Fabíola Castelo de Souza Cordovil³



Resumo: A partir da construção histórica local, o presente artigo analisa o início de Maringá dando ênfase aos princípios norteadores e às ações estatais sobre a habitação popular durante a estruturação do território urbano. Buscou-se estabelecer, a partir da pesquisa historiográfica, um discurso que permeasse a trajetória das ações estatais, dos agentes envolvidos, dos discursos, dos conflitos, das orientações das legislações urbanísticas e os resultados no território urbano de Maringá de 1947 até 1964. Os princípios que nortearam o plano inicial de Jorge de Macedo Vieira e, posteriormente, as ações do poder público municipal formalizaram uma gênese excludente na estrutura urbana, com iniciativas desconexas a uma política pública habitacional que apenas responderam às pressões imobiliárias e ao ideário de cidade bela, moderna e ausente de “mazelas”. A historiografia oficial do início de Maringá pouco expõe a realidade da população de baixa renda, entretanto, desde sua origem, a cidade transbordava-se em problemas sociais e desenvolvia-se com a presença diversos núcleos precários e de extrema pobreza, sistematicamente ignorados pela história urbana local.

Palavras-chave: História da habitação. História de Maringá. História urbana. Habitação social. Favelas.

Abstract: Based on local historical formation, the present article analyzes the beginning of Maringá, emphasizing guiding principles and state actions in relation to popular housing during the structuring of the urban territory. It was tried to establish from a historiographic research a discourse that permeated by the trajectory of the state actions, of the involved agents, of the discourses, of the conflicts, of the orientations of the urbanistic legislations and of the results in the urban territory of Maringá from 1947 until 1964. The principles that guided the initial plan of Jorge de Macedo Vieira and later the actions of the municipal public power formalize in their urban structure an excluding genesis with initiatives disconnected from a public housing



Ma. Tatiane Boisa Garcia
Dra. Fabíola Castelo de Souza Cordovil
Memórias ignoradas: o início de Maringá sob a ótica da habitação

Artigos

policy and that only responded to the real estate pressures and the ideal of a beautiful, modern and absent city of "ills". The official historiography of the beginning of Maringá scarcely exposes the reality of the low-income population, however, since its origin, the city was overflowing with social problems and various precarious and extreme poverty centers were developed systematically ignored in local urban history.

Keywords: History of housing; History of Maringá. Urban History. Social housing. Slums.



Introdução

Assim como muitas cidades situadas na porção norte do estado do Paraná, Maringá teve sua ocupação urbana a partir de um plano urbano promovido por uma empresa privada de colonização na década de 1940. Este processo tem sido estudado por pesquisadores de múltiplas áreas, como economistas, historiadores, geógrafos, arquitetos e urbanistas, cientistas sociais, entre outros. Nas últimas quatro décadas, houve numerosas produções acadêmicas, como artigos, dissertações e teses, entre as quais se incluem esta pesquisa. O artigo tem como objetivo analisar o início da construção de Maringá dando ênfase à produção habitacional popular, compreendida nas diferentes formas em que se manifesta, tais como, favelas, cortiços, autoconstrução nas periferias e conjuntos habitacionais, num recorte temporal que vai de 1947 até 1964.

Existem balanços historiográficos divulgando as investigações acadêmicas de várias áreas (DIAS; GONÇALVES, 1999; MORO, 2003). Um dos estudos mais citados sobre a implantação da cidade foi realizado pela historiadora France Luz, em 1980, evidenciando o processo de colonização diferenciado, empreendido pela Companhia de Terras Norte do Paraná (CTNP), posteriormente denominada Companhia Melhoramentos Norte do Paraná (CMNP). Luz (1997) discute as estratégias da companhia colonizadora e a formação do espaço urbano maringaense, no período de 1947 a 1952.

Nos anos 1980, a produção de pesquisas analisou a ação estratégica da CTNP/CMNP. Em 1989, o historiador Nelson Tomazi realizou uma crítica contundente sobre o papel daquela empresa em todo o processo de colonização da região norte-paranaense, distinguindo vários discursos realizados no meio acadêmico, separando-os entre os apologéticos em relação à CTNP/CMNP e os que questionaram sua ação.

Na última década, vem se preenchendo diversas lacunas na historiografia urbana sobre a construção da cidade de Maringá em trabalhos acadêmicos abordando diversos temas que se utilizam de metodologias distintas. Entre eles, destacamos Rodrigues (2004), Steinke (2007), Dias (2008), Cordovil (2010), Nunes (2015), Barbosa (2016). Essas pesquisas que abordam a análise sobre as ações das gestões municipais, as construções das redes de infraestrutura, as gestões dos bens públicos, a formação da paisagem urbana, as intervenções urbanísticas em áreas ociosas, a legislação urbanística e seus efeitos no território.

Direcionando a temática da habitação popular para o recorte de Maringá, a produção de pesquisas é ainda limitada, principalmente, quando nos referimos



ao período de constituição da cidade. A Gerência Patrimônio Histórico da Prefeitura de Maringá, sob direção do historiador João Laércio Lopes Leal, desenvolveu o Projeto Memória dos Bairros, resgatando a história de Maringá em diferentes focos. Dentre os livros lançados, Memória dos bairros: Vila Operária, nos permitiu ter acesso a fatos, registros fotográficos e relatos sobre os cortiços da Vila Operária do plano inicial.

Quanto a estudos sobre favelas em Maringá, a psicóloga Angela Caniato (1986) explora uma rica abordagem de um dos processos de desfavelização de Maringá durante o período do Banco Nacional de Habitação (BNH), atrelado ao Programa de Financiamento a Lotes Urbanizados (PROFILURB) e a produção do Núcleo Social Santa Felicidade. A pesquisa intitulada A luta pela moradia de ex-favelados como parte essencial do processo de formação da consciência social exibe nas entrelinhas de sua discussão central sobre a consciência social dos ex-favelados, relatos, lutas e problemas dos moradores.

Em outras análises sobre a provisão de conjuntos habitacionais em Maringá têm-se, em sua maioria, apresentado a estrutura da política pública habitacional e a produção habitacional em termos quantitativos. Tal temática articula-se à produção do espaço urbano, principalmente no que se refere à localização dos conjuntos e ao acesso à infraestrutura urbana.

A dissertação A trajetória das ações estatais na habitação em Maringá de 1947 a 1986, de Garcia (2018), retrata historicamente a criação e a estruturação do espaço urbano de Maringá com enfoque nas ações desenvolvidas pelos diversos agentes urbanos que orientaram o habitar das famílias de baixa renda. O trabalho exibe a gênese excludente da estrutura urbana, a realidade da população de baixa renda nos diversos núcleos precários e, paralelamente, as políticas públicas habitacionais e as iniciativas municipais de “solução”, relacionadas aos cortiços e às favelas e a provisão moradia a partir da Caixa de Habitação Popular do Estado do Paraná (CHPEP) e posteriormente da Companhia de Habitação do Paraná (COHAPAR) e demais cooperativas locais junto ao BNH.

Partindo das análises históricas evidenciadas na dissertação supracitada, este artigo expõe a trajetória das ações dos agentes urbanos, com destaque para o Estado como agente central, e suas práticas reveladas, principalmente, com os processos de intervenção em favelas e cortiços e na provisão de habitação social. Para tal, o artigo também contextualiza princípios dos planos e da ocupação de uma cidade, relatando as primeiras gestões do executivo, a estruturação das primeiras legislações urbanísticas, a dificuldade de implantação das redes de infraestrutura e equipamentos e a setorização socioespacial definida no plano e



para além dele, criando áreas segregadas.

Este recorte temporal justifica-se por compreender que desde o plano inicial de Maringá de 1947 as práticas desenvolvidas influenciaram na problemática da habitação popular em Maringá e que, com golpe militar de 1964, inicia-se uma nova fase, pois a conjuntura política cerceia os embriões de luta por moradia na cidade e, paralelamente, reestrutura a política habitacional com a criação de cooperativas, leis, orientações definidas pelo Banco Nacional de Habitação/Sistema Financeiro de Habitação (BNH/SFH).

Para tanto, as fontes documentais foram utilizadas juntamente com os documentos emitidos pela prefeitura sobre os conjuntos habitacionais e as fotos aéreas de 1953 e 1963, que possibilitaram observar a expansão da mancha urbana em uma década, os relatórios de gestões municipais e as legislações. Os jornais - O Jornal de Maringá e O Diário do Norte do Paraná -, que, por vezes, tinham o cunho evidente de promover a administração da qual tratavam, também foram utilizados e confrontados com outras fontes de pesquisa, pois apresentavam dados significativos e iconografia que ilustravam a construção da cidade. Expôs-se o contexto histórico urbano e político em que a notícia ocorreu para que as fontes se mostrassem fidedignas (ZANIRATO, 2005).

Além disso, durante a pesquisa foi possível que algumas lacunas históricas fossem costuradas a partir da narrativa de historiadores e atores urbanos da época. O historiador do município, João Laércio Lopes Leal, pode corroborar com as análises da pesquisa principalmente com depoimento sobre a Zona Operária e as áreas para além do plano original. O historiador e professor pós-doutor da Universidade Estadual de Maringá, Reginaldo Benedito Dias, também trouxe relevante contribuição à pesquisa a partir de conversas que geraram reflexões sobre os movimentos sociais e a política local, mas, principalmente, a partir dos relatos de suas memórias de quando foi morador de cortiços da Zona Operária de Maringá. Por fim, destaca-se o depoimento do jornalista e ex-morador da primeira favela da cidade, Messias Mendes Almeida, que expôs a trajetória da sua família vinda do Nordeste brasileiro para o norte do Paraná ainda quando criança. Messias, a partir de suas memórias, descreveu também o aspecto da favela Cleópatra, a rotina, os conflitos e as negociações na década de 1960.

De acordo com Janete Abrão (2002, p. 25), “[...] as fontes orais não devem ser utilizadas isoladamente, mas devem ser complementadas por uma variedade de fontes, de dados coletados segundo outras técnicas e métodos, para tentar diluir, limitar o subjetivismo do informante e do pesquisador”. Assim, buscou-se um rigor metodológico comparando as memórias dos entrevistados com outras



fontes de informações, como documentos oficiais, notícias jornalísticas e outras pesquisas.

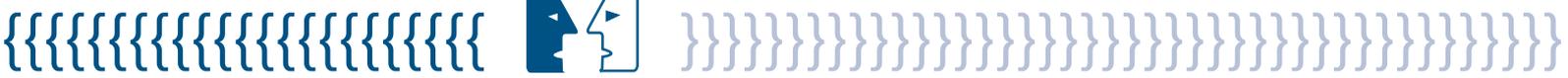
Outra fonte fundamental foi o Processo nº 489/69 movido pelo Estado brasileiro, durante Ditadura Civil-Militar, contra o vereador de Maringá Bonifácio Martins. Os documentos e seus desdobramentos foram relatados, juntos a outras centenas de outros processos da Ditadura, no projeto Brasil Nunca Mais (BNM). Nos documentos, visualiza-se também a perseguição que o agente sofreu devido ao seu envolvimento com lutas trabalhistas e sociais, tais como a defesa de moradores de favelas.

Assim, este estudo explora novas perspectivas do início da cidade de Maringá, criada apenas ao final da década de 1940, permitindo externar a especificidade de sua origem a partir de um plano de uma empresa imobiliária e questionar os discursos hegemônicos, replicados pela história, de uma cidade planejada e sem favelas.

Os princípios do plano e a gênese da cidade

No início do século XX, o Norte do Paraná passou por um processo de colonização atrelado à expansão cafeeira, à extensão da linha férrea e à formação de novos núcleos urbanos. Uma empreitada iniciada pela Companhia de Terras Norte do Paraná (CTNP) e, posteriormente, pela Companhia Melhoramentos Norte do Paraná (CMNP), que, previamente, dizimou uma área anteriormente ocupada pela mata atlântica, índios e trabalhadores rurais (GONÇALVES, 2007; LUZ, 1997; TOMAZI, 1989).

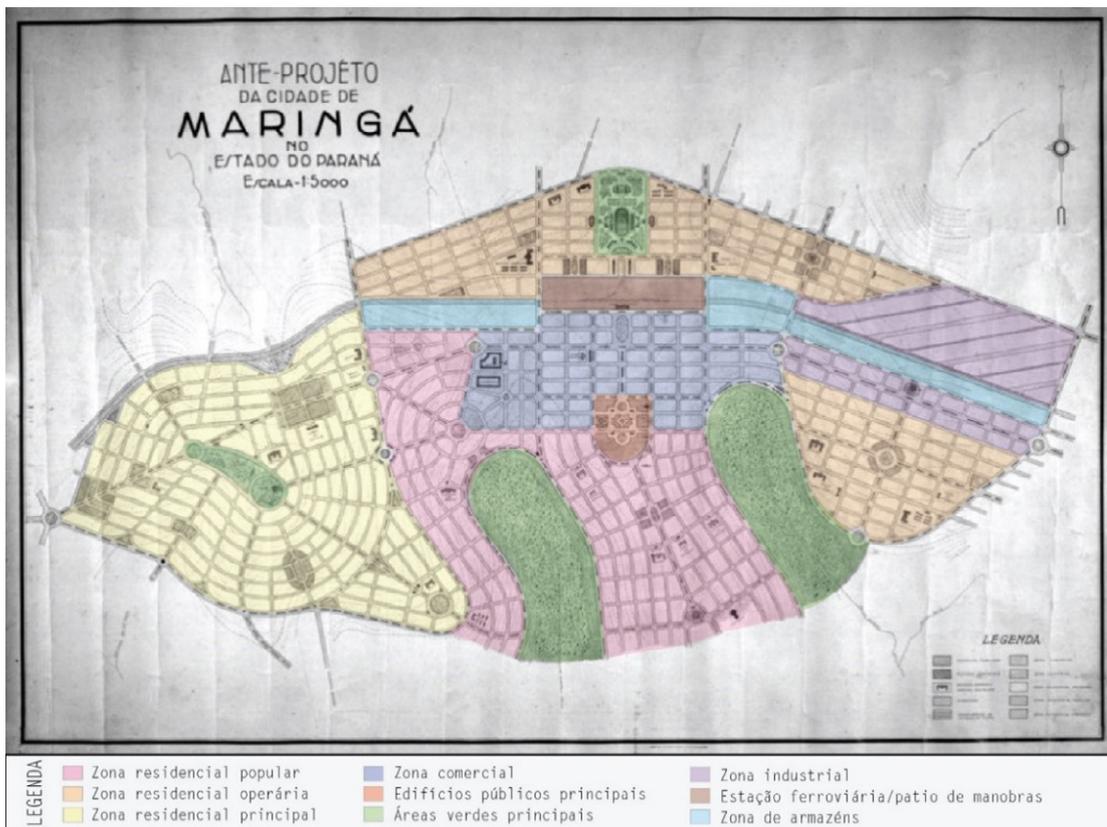
Em meados dos anos 1940 e nos anos 1950, a Companhia, em seus mais de 515 mil alqueires, estabeleceu núcleos urbanos e encomendou a elaboração de planos para as principais cidades, como Maringá, Londrina, Cianorte e Umuarama e para diversas outras menores. Semeou-se, com isso, uma estrutura de rede urbana fortemente atrelada às mensagens de novo, planejado, civilizado e moderno, termos propagandeados pela Companhia em discursos que exaltavam a formação de polos de desenvolvimento (GONÇALVES, 2007). Como exposto por Gonçalves (2007, p. 32), após a 2ª Guerra Mundial passou-se a preconizar “o planejamento como fórmula mais adequada para impedir os processos de favelização, para revitalizar áreas deprimidas, para distribuir de modo mais eficiente os equipamentos”. Tendo a Companhia compreendido para onde sopravam os ventos, passou a explorar essa narrativa vendendo essa ideia do projeto urbano como caminho para uma cidade diferente, ausente de conflitos



sociais. Como consequência, “a produção de sua carga mítica constitui-se em fator importante para atração de pessoas” (CORDOVIL, 2010, p. 67).

Os princípios intrínsecos ao plano de Maringá refletem a madura trajetória profissional do engenheiro Jorge de Macedo Vieira na área do urbanismo. Quando estudante da Escola Politécnica de São Paulo, em 1917, estagiou na Cia. City de São Paulo, no mesmo período em que Richard Barry Parker exerceu suas atividades. Nas décadas seguintes, o engenheiro teve grande atuação elaborando bairros jardins, estâncias balneárias e planos de cidades novas (ANDRADE; CORDOVIL, 2008; STEINKE, 2007). Maringá, assim como Cianorte, destacou-se por seu projeto inicial (Figura 1) que desenhava uma cidade moderna, não no que se refere ao ideário brasileiro modernista, mas por seu desenho urbano diferenciado frente à tradicional “malha-xadrez” (STEINKE, 2007).

Figura 1 - Plano inicial de Maringá:
identificação das zonas e classificação das ocupações.



Fonte: Acervo de Jorge de Macedo Vieira, em consignação do DPH/PMSP *apud* Cordovil (2010), adaptado por Garcia (2018).



Suas soluções projetuais mesclavam ressonâncias de ideários urbanistas estrangeiros, como de Ebenezer Howard, Raymond Unwin, Barry Parker, Camillo Sitte, entre outros, como abordados por diversos autores. Entre tais soluções estavam: a organicidade presente na adequação à topografia do terreno; o zoneamento funcional; a definição de um centro cívico; o abundante verde constituído por bosques, matas naturais, assim como, pela projeção de praças, rotatórias jardins e canteiros centrais (REGO, 2001; STEINKE, 2007). Entretanto, atrelado aos interesses imobiliários da CMNP, os objetivos sociais característicos do ideário urbanístico de Howard e Unwin não permaneceram e o plano de Maringá limitou-se a seguir apenas tendências físicas de desenho (STEINKE, 2007).

O plano foi dividido em áreas residências – principal, popular e operária – diferenciadas pelas condições socioeconômicas dos futuros compradores. A distinção do território por padrão social no plano especificou uma zona para residência de operários, na qual se destaca a Zona 3 – ou Vila Operária como era popularmente conhecida – ao leste no plano e Zona 7, ambas próximas a Zona Industrial (MARINGÁ, 1967; RODRIGUES, 2004).

O plano foi inaugurado em 1947, com o traçado da ferrovia demarcado e abertura de vias principais, sendo Maringá elevada à categoria de Município em 1951, tendo os seguintes mandatos do executivo até 1964: Inocente Villanova Júnior (14/12/1952 a 14/12/1956); Américo Dias Ferraz (15/12/1956 a 14/12/1960); João Paulino Vieira Filho (15/12/1960 a 14/12/1964) (DIAS, 2008). Durante as primeiras gestões, buscou-se estruturar a administração pública, estabelecer leis, iniciar obras de infraestrutura básica, determinar os espaços de uso público e definir o papel do poder público enquanto promotor e orientador da cidade. Esse último processo esteve atrelado à disputa de poder com a Companhia que, com a perda de seus candidatos nas eleições ao cargo de prefeito, não implantou serviços e infraestrutura mínima em suas áreas loteadas, atentando-se apenas à demarcação dos lotes e vias, diferente de como fazia nas cidades fundadas que elegia seus candidatos

Quanto às legislações urbanísticas, na primeira gestão, a aprovação do Código de Posturas (Lei nº 02/53) ratificou o zoneamento proposto no plano inicial de Vieira. Já na segunda gestão, aprovou-se o Código de Posturas e Obras (Lei nº 34/59) compondo orientações sobre uso, ocupação e parcelamento do solo urbano, normas de edificações, comportamentos no espaço urbano, entre outros. Destaca-se que esta normatização estabelece a doação de 10% de área para municipalidade em loteamentos a partir de 3ha. Observa-se que a lei está à



frente da lei federal de loteamentos, aprovada somente em 1979, que determina a obrigatoriedade de doação de áreas para municipalidade, entre outros requisitos (CORDOVIL, 2010). A destinação de um percentual da área dos novos loteamentos para a prefeitura, sem uma definição de sua destinação obrigatória, possibilitou inserir conjuntos habitacionais nessas áreas públicas quando se iniciaram as atividades de financiamento do BNH.

Ainda sobre as legislações urbanísticas, evidenciou-se a ausência de um perímetro urbano enquanto linha de contenção. A área urbana era definida como “todos os loteamentos e arruamentos aprovados e aceitos” (Art. 2º, Lei nº 34/59), além de qualquer área, ainda que não loteada, que esteja circundada “por um loteamento aprovada em mais de 50% do seu perímetro” (Art. 2º, Lei nº 34/59). Ressalta-se que a ausência de uma orientação específica para as expansões da cidade, por meio da delimitação do perímetro, teve como consequência a aprovação de grandes loteamentos sem o planejamento necessário.

Até este período não havia nas leis nenhuma abordagem sobre os aspectos urbanísticos para implantação de conjuntos habitacionais populares em Maringá. A primeira lei sobre habitação social foi aprovada somente após a criação do BNH em julho de 1964. Entre 1964 e 1973, as ações de produção habitacional passaram a ocorrer a partir da atuação do COHAPAR, com implantação de unidades habitacionais direcionadas pelas diretrizes e financiamentos do BNH.

Maringá, semelhante a outras cidades novas no norte do Paraná, era apontada como berço de oportunidades, investimentos e prosperidade, recebendo, em seus primeiros anos, um grande fluxo de habitantes de outras regiões e estados. No início da década de 1960, alguns fatos no âmbito internacional, nacional e estadual exibiram o início de uma nova fase para o norte do Paraná. Após três décadas de intensa ascensão da cultura do café no estado em relação à produção nacional, o norte do Paraná viu-se incluído no processo de perda de espaço da cafeicultura, paralelamente dava-se a ascensão da cultura da soja, trigo e pastagem, de modernização agrícola e agro industrialização (PADIS, 1981; MORO, 2003), que provocaram alterações socioeconômicas também nos espaços urbanos. Com isso, a região de Maringá começou passar por transições socioeconômicas que fomentaram um êxodo rural, rapidamente evidenciado nas cidades polo (MORO, 2003). A cidade, que já acolhia habitantes de outras regiões, fortaleceu-se também como polo de atração de uma população advinda do intenso êxodo rural.

Dentro do plano, a Zona 3 acomodaria a população de média e baixa renda, devido à determinação de preços mais baixos dos terrenos. A diferenciação dos



preços era determinada pela Companhia, ainda que não houvesse tamanhos distintos de lotes em relação a outras áreas residenciais, para que se cumprisse a setorização socioespacial definida pelo plano. De 1946 a 1952, os terrenos foram vendidos entre Cr\$ 5.000,00 e Cr\$ 10.000,00, valor inferior a Zona 2, com venda entre Cr\$ 10.000,00 e Cr\$ 20.000,00, onde se concretizou o atendimento às famílias de alta renda (LUZ, 1997; MARINGÁ, 1967).

Assim, combinada com a proposta de diferentes zonas residenciais, a estratégia de venda gradual dos lotes para manutenção dos preços ao longo da década de 1950, 1960 e 1970, a negociação pela localização e a efetivação desigual dos equipamentos urbanos em relação ao projetado no plano orientaram um processo de ocupação segmentado, fomentando a desigualdade social neste território já em sua gênese (LUZ, 1997; RODRIGUES, 2004).

Para além disso, desde a inauguração do plano em 1947 já surgiam novos loteamentos, designados a abrigar parte da população de menor renda, incapaz de adquirir lotes no plano. A expansão urbana tornou-se mais intensa no início da década de 1960. Em 1963, a área urbana já totalizava 2.364,28ha, o que significou um acréscimo de mais de 49% do plano inicial (CORDOVIL, 2010). A formação dessas novas áreas deu-se a partir da aprovação de pequenos loteamentos desconexos, mas, principalmente, por meio de três grandes bairros aprovados ao norte do plano em 1961 e 1962. Assim, a malha urbana, para além do plano inicial, cresceu sem qualquer ordenamento ou regularização de um perímetro de contenção até 1963. Se por um lado, “a expansão da cidade significava o seu fortalecimento como centro regional” (CORDOVIL, 2010, p. 245); por outro, esta expansão produzia áreas urbanas desorientadas, precárias de infraestrutura e, em vezes, distantes do centro que ainda se consolidava. Visto tal expansão desorientada do território urbano, em 1963, proíbe-se a aprovação de novos loteamentos até que fosse demarcado um perímetro urbano, fato que ocorreu em 1968 (Lei nº 624/68).

Neste período, as primeiras gestões apresentaram uma real dificuldade em promover grandes obras públicas para alcançar o que se idealizou no plano inicial de Vieira. Foram desenvolvidas as construções essenciais para o funcionamento da máquina pública, seguido de praças centrais, escolas urbanas e rurais, biblioteca e estádio. Sem grandes recursos e, principalmente, sem apoio da Companhia, a malha urbana de início era estabelecida basicamente com a demarcação dos lotes e vias e, para as vias principais do plano inicial, também com arborização assumida inicialmente pela Companhia (CORDOVIL, 2010). O abastecimento de água ocorria basicamente por meio de poços particulares (BARBOSA, 2016). A



rede de energia e iluminação pública foi sendo gradualmente instalada conforme as definições da municipalidade, que priorizaram as avenidas principais do plano inicial com expansão à Zona 2 – onde morava a elite local – e à Zona 5. Somente após 15 anos da inauguração de Maringá, iniciou-se o planejamento e a instalação das redes de abastecimento de água da sede do município.

A história sob a ótica do acesso à cidade por famílias de menor renda

Para além dessa análise que demonstra uma tentativa inicial de consolidar equipamentos e infraestrutura urbana, refletimos sobre o acesso ao espaço urbano de toda aquela população que migrava para Maringá. Neste processo, a aquisição da terra colocou-se como um entrave ao acesso legal à cidade para uma parte da população. Os grupos sociais excluídos, na ausência de um Estado atuante de modo a ampará-los, deparam-se com a necessidade de buscar soluções para acessar a moradia.

Desde o século anterior, esta era uma realidade recorrente nas cidades brasileiras, com muitas famílias, tidas como demanda não solvável, buscando outras formas – por vezes, ilegais – para se inserirem no espaço urbano, como: o aluguel de cômodos em casas com várias famílias, formatando os cortiços; a autoconstrução em loteamentos clandestinos, muitas vezes periféricos à malha urbana consolidada; e, em casos mais extremos, a ocupação de terras públicas ou privadas com a provisão de barracos, constituindo as favelas (MAUTNER, 1999). Ressalta-se que a condição de moradia está acompanhada também de ausência de saneamento básico, falta de assistência médica, subnutrição, entre outras questões que se articulam com a condição da pobreza (DENALDI, 2003; MAUTNER, 1999).

Entretanto, como já ressaltado por Maricato (2001), essa problemática não deve ser lida apenas como consequência do êxodo rural e do intenso fluxo de novos habitantes. Isso resulta da dinâmica de um Estado desenvolvimentista em um vertiginoso processo de industrialização do Brasil estruturado em bases extremamente desiguais, reportando-se à produção e à apropriação das riquezas geradas no país. Em outras palavras, a urbanização formatava-se por meio de uma distribuição de renda extremamente polarizada, estabelecendo uma classe com salários insuficientes para o acesso às necessidades básicas, tal como, a habitação.

Diante desse retrato, a ausência de ação do Estado na formalização de direitos sociais e nas práticas de amparo a essa população excluída e o aparato legal



urbano fundiário fortalecendo as bases do mercado imobiliário contribuíram para o aumento das formas ilegais de acesso a habitação nas cidades brasileiras (MARICATO, 1996). Esta era uma realidade que já se constatava por décadas nos grandes centros urbanos brasileiros (ABUJAMRA, 1967; ABREU, 1994; TASCHNER, 1997; DENALDI, 2003).

Em Maringá, nas décadas de 1950 e 1960, a intensa demanda por habitação passou a escancarar problemas sociais em seu território. Ainda que o plano, por definição, estabelecesse uma zona específica para trabalhadores operários. Tal zona constitui-se como uma peculiaridade no quadro das cidades planejadas no Brasil, pois esta preocupação não ocorreu nas capitais planejadas (Belo Horizonte, Goiânia e Brasília). Mas, embora a área para a população operária fosse estabelecida no plano, isso não significou moradias dignas e nem o acesso total a cidade planejada pela população mais pobre.

Maringá define-se como polo agroindustrial. Seu perímetro urbano original povoa-se. Novos loteamentos, alguns irregulares, são criados para atender à demanda dos retirantes do campo. [...] O futuro colocaria profundos desafios à administração pública para a gestão equilibrada do espaço urbano (MORO, 2003, p. 57).

Leal (2017) relata que a historiografia oficial do início de Maringá pouco expõe a população de baixa renda, fazendo-se, por vezes, entusiasta ao evidenciar basicamente elementos que realçam a imagem de uma 'cidade moderna, próspera e bela'. Entretanto, desde sua origem, a cidade transbordava-se em problemas sociais e desenvolvia-se com a presença diversos núcleos precários e de extrema pobreza (RODRIGUES, 2004; LEAL, 2017).

O historiador Leal (2017) relata a existência de diversos loteamentos clandestinos de pequeno porte ao redor de Maringá, uma história invisível nos registros oficiais locais e que pouco interessava o poder público visto suas localizações periféricas. Ao norte do plano, no espigão compreendido entre os córregos Mandacaru e Nazareth existiam diversos núcleos irregulares ou ocupações desde o princípio da cidade, onde atualmente existe a Vila Vardelina (Figura 2), Jardim São Jorge, Vila Mandacaru, a Vila Morangueira, o Jardim Alvorada, a Vila Izabel, a Vila Progresso (MARINGÁ, 1967; LEAL, 2017).



Figura 2 - As condições de habitação da Vila Vardelina, Maringá, registro fotográfico de 1977.



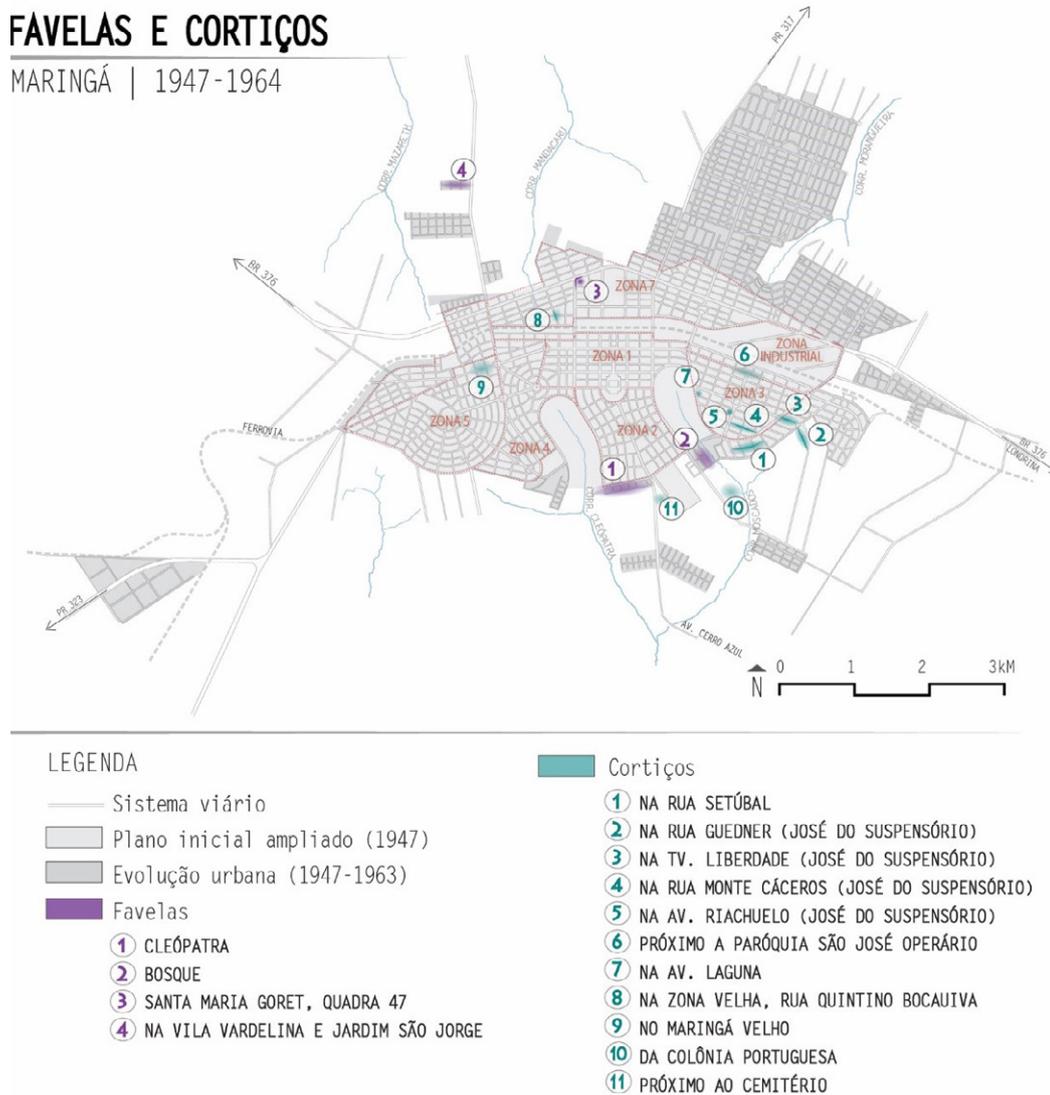
Fonte - O Diário do Norte do Paraná (1977), matéria intitulada “Vila Vardelina: onde viver é um desafio”

Apesar da dificuldade em se obter de dados nos documentos da Prefeitura Municipal de Maringá (PMM) e das poucas pesquisas sobre o assunto, principalmente no recorte temporal do início da cidade, alguns apontamentos em textos (CANIATO, 1986; REIS, 1996; MARINGÁ, 2002b) junto aos relatos de historiadores e ex-moradores de favelas (DIAS, 2017; ALMEIDA, 2017; LEAL, 2017) e as notícias de jornais locais - tais como O Jornal de Maringá; O Diário do Norte do Paraná - permitiu a formulação da Figura 3, mapeando, na malha urbana de Maringá, as favelas e alguns cortiços que se constituíram a partir do final da década de 1940 e que foram foco de futuras intervenções.

Ma. Tatiane Boisa Garcia
Dra. Fabíola Castelo de Souza Cordovil
Memórias ignoradas: o início de Maringá sob a ótica da habitação



Figura 3 - Favelas e cortiços em Maringá até 1964



Fonte - Garcia (2018).

Dias (2017) relata que apesar de todas essas áreas serem retratadas como favelas, pela precariedade dos materiais, usos e condições de saneamento, muitas eram cortiços (Figura 4). Os cortiços não eram oriundos de casarões destinados inicialmente classe de maior renda como ocorreu nas grandes capitais brasileiras. Esta configuração deu-se por Maringá ser uma cidade historicamente nova e, naquele período, não ter passado por processo de desvalorização de bairros nobres. Os cortiços foram construídos pelos próprios proprietários das terras já com a pretensão de lucrar com alugueis. As famílias mais pobres abrigam-

Ma. Tatiane Boisa Garcia
Dra. Fabíola Castelo de Souza Cordovil
Memórias ignoradas: o início de Maringá sob a ótica da habitação



se em cômodos e casebres amontoados em um mesmo terreno para acessar a área urbana planejada. Observa-se que essa forma de morar desenvolveu-se em Maringá devido às questões fundiárias de seu plano inicial definindo grandes terrenos urbanos e legislações mais restritivas para subdivisões dos lotes.

Figura 4 - Cortiços existentes na década de 1960 na Avenida Riachuelo da Zona 3, Maringá, registro fotográfico de 1987.



Fonte - Maringá (2002b).

Entre os cortiços evidenciados destaca-se: a Colônia Portuguesa; os cortiços de José de Suspensório na rua Monte Cáceros, rua Guedner e travessa Liberdade na Zona 3 (Figura 5 e 6); rua Setúbal e avenida Riachuelo também na Zona 3; moradias precárias no Maringá Velho, na Zona 5; cortiços na rua Quintino Bocaiúva na Zona 7, conhecido como “Zona Velha” (REIS, 1996; MARINGÁ, 2002b; DIAS, 2017).

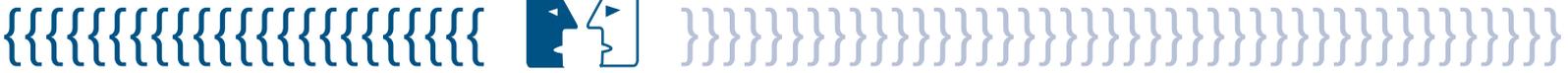


Figura 5 - Casas na Vila Operária, década de 1960.



Fonte - Maringá (2002b).

Figura 6 - Casas na Vila Operária, década de 1960.



Fonte - Maringá (2002b).



Ma. Tatiane Boisa Garcia
Dra. Fabíola Castelo de Souza Cordovil
Memórias ignoradas: o início de Maringá sob a ótica da habitação

Artigos

De certa maneira, a Vila Operária expõe um pouco, ou bastante, as mazelas de ocupação de uma zona pioneira. E não é como a historiografia oficial preconiza, uma história ‘cor de rosa’, harmônica. A Vila Operária fornece um lado alternativo, um ‘lado b’ da história de uma cidade como Maringá, porque ali estão as consequências nefastas do que vem a ser o projeto capitalista de colonização, de ocupação de uma área (LEAL, 2017).

Quanto às favelas, destacam-se: a Favela Cleópatra, a Favela Bosque e a Favela Santa Maria Goreti. A Favela Cleópatra ao sul do plano de Vieira, na área que atualmente é a Vila Cleópatra, existiu desde a década de 1950 e recebeu ações públicas de erradicação a partir de 1960. Também ao sul do plano de Vieira, a leste do Cemitério Municipal, constituiu-se a Favela Bosque a partir da década de 1950, onde atualmente é a Vila Bosque (LEAL, 2017; DIAS, 2017). A Favela Santa Maria Goreti (Figura 7) recebeu este nome por localizar-se próxima à Igreja Santa Maria Goreti. Ela estava situada na esquina da avenida Paraná com a avenida Colombo, na quadra 47 da Zona 7, que era, inicialmente, destinada para a construção de um hospital (O JORNAL DE MARINGÁ, 1969i). A área não foi parcelado ou transferida ao poder público e ficou abandonada, resultando na ocupação.

Nestas favelas concentravam-se principalmente nordestinos e boias-frias da região (ALMEIDA, 2017; LEAL, 2017). Segundo Almeida (2017), ex-morador da Favela Cleópatra, ao chegar na favela, comprava-se um rancho. Eram, popularmente, chamados de ranchos um barraco em um terreno sem demarcações com centenas de outros barracos, feitos de lâminas de madeira, que sobravam das cerrarias, colocadas nas paredes e cobertura, sendo o piso de chão batido. Não havia qualquer condição de higiene e assistência médica como relatado: “no nosso barraco, morávamos em nove, mas dois dos meus irmãos morreram quando crianças, porque não tinha assistência médica nenhuma” (ALMEIDA, 2017) e: “essas pessoas, enquanto puderam morar nesses locais, mesmo em condições higiênicas abaixo na dignidade e habitações de extrema precariedade, enquanto o poder público permitiu, elas permaneceram” (LEAL, 2017).

Até a década de 1950, não houve relatos de quaisquer iniciativas ou ações da prefeitura nessas áreas. Somente no início da década de 1960, quando a cidade se mostrava com alguma estrutura urbana, as favelas ao sul passaram a ser enxergadas como atraso para a modernidade e empecilho para a expansão territorial do plano original.



Figura 7 - Favelinha Santa Maria Goret em Maringá, foto de 1969.



Fonte - O Jornal de Maringá (1969i), matéria intitulada “Prefeitura resolve problema social”.

As primeiras ações públicas versus as lutas de resistência

Ainda no século XIX, as cidades brasileiras passaram por um crescimento no modelo do cortiço para habitação urbana das classes mais baixas, o que significou também crescentes pressões sociais e exigências de intervenções estatais pela classe alta. As primeiras medidas estiveram atreladas às legislações que buscassem proibir ou dificultar a existências de cortiços, em uma demonstração de controle e eliminação do “problema” (BONDUKI, 1998; DENALDI, 2003). Os cortiços deixaram de abrigar predominantemente as camadas mais baixas da população principalmente a partir da década de 1930, devido às medidas legais, aos interesses de agentes imobiliárias em áreas centrais e às reformas urbanas de iniciativas estatais (SILVA, 1998). Nesse período, as capitais brasileiras viram o surgimento de muitas favelas e a expansão daquelas já existentes desde o século anterior (ABREU, 1994; TASCHNER, 1997). Durante este primeiro período, havia ausência de uma política habitacional que atingisse a camada de menor renda, ao mesmo tempo houve, de maneira generalizada, ações de remoção e eliminação desses espaços por meio do poder público municipal (DENALDI, 2003). Em uma avaliação sobre a evolução das políticas e práticas habitacionais em favelas e cortiços, Denaldi (2003, p. 14) aponta que

Na primeira metade do século XX e antes da institucionalização



do BNH, os governos passaram do ‘desconhecimento’ da favela às políticas pautadas no controle e repressão ou clientelismo. As favelas foram vistas pelos governos como ‘doença social’ (espaço do marginal, preguiçoso), ambiente de provável disseminação comunista, problema social e migratório e como potencial eleitoral. Os programas oficiais de governo não atenderam os moradores de favela e a ‘erradicação’ delas foi a solução apontada.

Como contextualizado anteriormente, em sua origem, Maringá foi idealizada a partir de um plano setorizado, que levou a divisões sociais no território, e conformava-se com os problemas socioespaciais, que também eram presentes em demais cidades brasileiras. Como relatado, já desde sua origem, havia em Maringá áreas com extrema pobreza em todas as zonas do plano (LEAL, 2017).

Assim, em um primeiro momento, houve uma ausência de ações do Estado, que, assim como em outras cidades brasileiras, considerava esses espaços apenas como um problema residual da urbanização (ABREU, 1994; ABUJAMRA, 1967; MAUTNER, 1999; DENALDI, 2003). O relato do ex-morador da Favela Cleópatra, corrobora com essa leitura:

Quando chegamos [1960], já tinha favela ali. As pessoas iam chegando, e como era um terreno enorme, chegava, comprava um rancho, construía e morava. As pessoas iam se instalando e viravam dono. Como a prefeitura não estava nem aí, não tinha dono que cobrasse, acho até que podiam ser da Companhia aquelas terras (ALMEIDA, 2017).

Por anos, as favelas existiram em Maringá sem que houvesse, por parte do poder público, uma preocupação com as condições precárias e insalubres daquela população, que apresentava aquela forma de habitat como única alternativa de acesso ao território urbano. Entretanto, com a intensificação da expansão urbana no início da década de 1960, a localização das favelas no limite sul do plano colocava-se como um bloqueio indesejável.

A medida que a cidade foi crescendo, esses lugares começaram a representar entraves para o desenvolvimento da cidade, em termo de abertura de novos lotes e de um ordenamento do solo urbano. É tudo questão de uso e ocupação do solo, chegou uma hora que não havia mais espaço para permanência deles, já haviam pressões sociais. Os vizinhos começaram a pressionar o poder público para tirá-los de lá, pois diziam que eram focos de doença, prostituição, violência, que não era bonito. Era uma coisa que não valorizava os próprios imóveis das pessoas, morando ao



lado desse pessoal. Então, o poder público é muito pressionado para que haja uma ação de erradicação desse povo (LEAL, 2017).

Embutida nesta análise está, ainda, a ação imobiliária. Os proprietários de terras vizinhas, as incorporadoras e as construtoras pressionavam também o poder público, pois junto da pressão para a eliminação de uma ‘mazela’ da sociedade, havia intenções de liberação de novas áreas valorizadas e contíguas a Zona 2. Inicia-se um período de notória ampliação da cidade, rodeada de uma preocupação por parte do poder público, em formalizar a imagem da “cidade próspera, moderna e ausente dos problemas comuns das grandes cidades, [...] dos males formados pelos pobres, favelados” (LEAL, 2017).

Assim, em 1960, na primeira gestão de João Paulino, deu-se o início às intervenções do poder público diante da problemática, mas que estavam puramente pautadas no interesse em eliminar as favelas e em impedir a construção de mais casas (ALMEIDA, 2017; LEAL, 2017). Vargas (2003, p. 24), em uma leitura positiva da atuação do prefeito, apontou que

[João Paulino Vieira Filho] sofreu terrível ataque oposicionista quando se dispôs a erradicar favelas e remodelar o cemitério, medidas consideradas impopulares e com alto risco político. Ele enfrentou bravamente as campanhas contrárias e derrotou as cassandras oportunistas.

Segundo depoimento do ex-prefeito, a iniciativa, naquele momento, não era pautada em uma política habitacional ou social (VIEIRA FILHO, 1993). Este processo ausentou-se de qualquer ação de provisão de habitação social ou de realocação dessa população para outra área da cidade. Segundo Almeida (2017), as ações nas favelas realmente geraram grande polêmica, pois houve episódios de violência, evidenciados principalmente na favela Cleópatra. Em entrevista, questionado sobre a polêmica, o ex-prefeito João Paulino relatou que

Tocaram fogo lá no casebre da mulher, e um funcionário nosso, que era meio exagerado, por determinação foi até e na hora ficou muito bravo. Mas essa mulher até hoje vive em favela, ela sempre está ‘favelando’ em algum lugar, na segunda gestão ela estava ‘favelando’ onde está o Mercadorama hoje. Lá tinha um barracão e ela estava lá, ela até tem família, mas ela não quer viver com a família, quer viver na favela. Então essa mulher foi quem gerou todo esse episódio (VIEIRA FILHO, 1993).



Entretanto, outros relatos evidenciam que a ação não se restringiu a um fato isolado. Segundo Almeida (2017), o ex-prefeito começou uma intervenção para a saída das famílias a força, com ameaças e ações violentas. Houve política e acordos para enviar essas famílias para municípios no entorno, com destaque a Sarandi e Mandaguaçu, o que não significou uma mudança das condições de vida dessa população. Entretanto, o processo iniciado pela parte mais próxima ao cemitério teria sido interrompido no restante da favela devido aos protestos e polêmicas geradas (ALMEIDA, 2017; LEAL, 2017).

Segundo o ex-morador da Favela Cleópatra,

[...] dava-se um aviso com prazo nos primeiros barracos, mas as pessoas não saíam, se elas saíssem não tinham para onde ir [...]. Aí depois, no final de 1963 ou começo de 1964, **teve as ameaças e aí a máquina da prefeitura passou destruindo alguns barracos.** Mas houve uma movimentação, o povo ia lá ver e jogavam pedra na moto niveladora. Houve uma grande repercussão local nos jornais e rádios, e aí, o João Paulino deu uma parada. Disseram na época, que, de repente, algumas famílias sumiam. Depois, ficávamos sabendo que **eles botavam em um caminhão da prefeitura, na caçamba, e levavam para Guadiana**, distrito de Mandaguaçu, que hoje é conhecida como a cidade dos boias-frias. Não sei se era para lá mesmo que levavam (ALMEIDA, 2017, grifo nosso).

Almeida (2017) ressalta, ainda, a sensação de limitação das famílias que residiam nessas primeiras casas derrubadas:

Na verdade, as pessoas que moravam ali onde começou a intimidação eram pessoas simples, aí a pessoa vai reagir de que jeito? Era o poder público, que chegava às vezes com a polícia, ameaçando, aí não tinha reação, não tinha como reagir, eram pessoas simples [...] pai, mãe e filhos, que viviam de trabalho braçal, para lá e para cá, e que poder de reação que tinham? (ALMEIDA, 2017).

A figura de um outro agente público, o vereador Bonifácio Martins do Partido Social Trabalhista (PST) foi de grande importância enquanto movimento opositorista (DIAS, 2015).

Embora se dedicasse às atividades precípuas dos vereadores, legislar e fiscalizar, para as quais se valia de sua formação de contabilista, o mandato de Bonifácio Martins caracterizou-se pelo entrelaçamento com a expansão das organizações sindicais,



Ma. Tatiane Boisa Garcia
Dra. Fabíola Castelo de Souza Cordovil
Memórias ignoradas: o início de Maringá sob a ótica da habitação

Artigos

suas pautas e mobilizações (DIAS, 2015, p. 398).

Em sua eleição, compunha uma chapa de vereadores ditos comunistas que encabeçava ideais sindicalistas e de reformas nos direitos políticos e sociais, principalmente, relacionados às lutas do proletariado e dos trabalhadores rurais. Martins logo se fez uma autoridade pública que acabava sendo envolvida em diversos processos de lutas sociais que chegavam até ele em busca de apoio (MARTINS, 1995 apud DIAS, 2015). Entre suas ações, o vereador dedicou-se à defesa dos moradores da favela, que passavam por ações públicas de expulsão forçada e violenta com derrubada dos seus barracos e ameaças (DIAS, 2015).

Além da figura do vereador como articulador e motivador das lutas de resistência na favela, destaca-se a igreja católica e o bispo Dom Jaime, sendo este um indivíduo de grande influência na cidade. Dom Jaime, apesar de opor-se às ideologias comunistas na qual Martins estruturava seus discursos e visualizar a necessidade de intervenções da favela, tinha uma mais visão humanista sobre como deveria ser este processo, repudiando e criticando as formas violentas como estava sendo a tentativa de erradicar aquele espaço (LEAL, 2017).

As intensas intervenções estatais, protagonizadas por agentes municipais, fundamentadas por uma visão elitista e higienista e orientadas sem o amparo de programas habitacionais tiveram como resultado inevitável a contínua reprodução da habitação popular em sua forma mais precária. As crises sociais, refletidas também como crise habitacional, inflamavam questionamentos e lutas por direitos sociais, entretanto, as possibilidades barraram-se no novo regime que se instaurou no país, eliminando qualquer possibilidade de participação política (MARICATO, 1997).

De maneira geral, a movimentação contrária às ações promovidas na gestão de João Paulino ainda estava se fortalecendo, fazendo-se presente por meio das críticas em rádios e jornais e, ainda, com a mobilização dos moradores das favelas a partir de agentes pontuais (ALMEIDA, 2017; LEAL, 2017).

Entretanto, com o golpe militar em 1964, inicia-se um período de perseguições àqueles com ideologias contrárias ao regime. Em Maringá, visualizou-se uma período de represálias aos moradores de favelas e silenciando lutas sociais. O vereador José Bonifácio Martins, juntamente com outros agentes públicos e cidadãos de Maringá, por tomarem frente a movimentos sociais e sindicalistas, bem como pela exposição de discursos lidos como comunistas nos anos que antecedem o regime ditatorial, de imediato, foram submetidos a julgamento e criminalizados (BRASIL, 1969).



As atividades políticas em que Bonifácio Martins se envolveu **poderiam ser interpretadas, em outro contexto histórico, como engajamento na pauta de expansão de direitos políticos e sociais.** Naquela conjuntura, porém, havia a aclimação da polarização ideológica dos tempos da guerra fria e das disputas de projetos que culminaram na queda do presidente João Goulart e na interrupção do programa das reformas de base. Nos marcos daquela polarização, o envolvimento em lutas sociais poderia ser classificado, para usar um termo tão representativo do léxico conservador, de criptocomunismo. **Depois do golpe de Estado, essas atividades foram criminalizadas como atentado à segurança nacional** (DIAS, 2015, p. 401, grifo nosso).

Como exposto por Dias (2015), estes acontecimentos refletiram a criminalização ocorrida das lutas por direitos sociais e trabalhistas na Ditadura contexto de polarização ideológica e que se utilizava de autoritarismo contra discursos opositores. O Processo acabou por tornar-se também uma oportunidade de indagação aos rebatimentos feitos pelo vereador em defesa dos moradores da favela contra a atuação do prefeito João Paulino no período de 1960 a 1964.

Em Maringá, a inquietação e a resistência nas favelas ocorrentes no início da década de 1960, ainda que limitadas, impediram que a erradicação das favelas continuasse com as mesmas proporções de violência. Entretanto, os rumos da política do país e as ideologias políticas enfraqueceram as lutas sociais, o que tornou esse processo invisível na história da cidade e impossibilitou uma real mudança no rumo para as favelas maringaenses.

A ação de provisão de habitação social

Neste período que antecede a Ditadura Militar, o Paraná, com a grande maioria de suas cidades surgidas na década de 1940, esteve totalmente periférico às primeiras iniciativas de provisão da habitação social promovidas pelos Instituto de Aposentadoria e Pensão (IAPs) e pela Fundação Casa Popular (FCP), com exceção de Curitiba (COHAPAR, 2012). Entretanto, apesar do início das políticas habitacionais em Maringá ser distinto do contexto nacional, sua origem seguiu com o mesmo pensamento e prática das ações nas demais cidades brasileiras.

A partir da década de 1950, com a fragmentação da FCP e a permissão do Presidente Eurico Gaspar Dutra (1946-1951) para a criação de departamentos e órgãos estaduais e municipais, possibilita-se a rápida reverberação de novas autarquias de habitação pelo país (NEGRELLOS, 2014). No contexto do Paraná, criou-se Caixa de Habitação Popular do Estado do Paraná (CHPEP) em julho de



1950 – Lei Estadual nº 360/50 –, com sede em Curitiba.

Em lei, os objetivos da CHPEP era promover “estudo do problema da habitação popular no Estado e, com base em tais estudos, organizar o seu plano de assistência” (Art. 7º, Lei nº 360/50). A lei contemplava os brasileiros e os estrangeiros residentes no Estado há mais de cinco anos, possibilitando: o financiamento para construção, reforma ou aquisição de casa própria ou terreno destinado à moradia na zona urbana ou rural; financiamento, desenvolvimento ou construção de indústrias ou instituições que favoreçam barateamento de obras de moradia popular e; realização de planos próprios de edificações econômicas para venda ou locação (Lei nº 360/50). A lei define que os recursos provinham de uma dotação anual do orçamento estadual. Segundo Scheffer (2006), os recursos eram oriundos da Caixa de Aposentadoria e Pensões dos Servidores Públicos dos Estados do Paraná, conferindo com a descrição do PEHIS de 2012, de que a provisão de moradias se destinava aos funcionários públicos (COHAPAR, 2012). Seguindo essa leitura, o órgão assemelhava-se à política dos IAPs, tendo sua ação restrita enquanto público atingido.

A Caixa atuou até 1965, quando foi extinta no Governo de Ney Braga pela Lei Estadual nº 5113/65, em que também foi criada a Companhia de Habitação do Estado do Paraná (COHAPAR), como reflexo da reconfiguração da política habitacional nacional a partir do SFH/BNH. Em 15 anos de atuação, a CHPEP elaborou apenas 16 conjuntos totalizando 994 unidades construídas.

Denominado Conjunto Residencial Quadra 67-A, este foi aprovado em 1962, com 41 unidades, e implantado em 1963 na expansão da Zona 4, a sul do plano inicial, nomeado em plantas como “Conjunto Residencial 14” (COHAPAR, 2012). Em suma, as características de implantação do conjunto, tais como os lotes de grandes dimensões (aproximadamente 500m²), a baixa densidade e o respeito à topografia com vias curvas de acordo com a declividade, realçaram a prioridade de se seguir a estética planejada no plano. Sua inserção urbana fora privilegiada, considerando sua posição no limite da malha urbana, em uma área de expansão da Zona 4, que comportava a classe média e alta, e que rapidamente recebeu benfeitorias da infraestrutura e equipamentos. Destaca-se que esses aspectos urbanísticos não se repetiram na produção da habitação social produzidos em Maringá posteriormente.

Não há pesquisas que tratem especificamente da atuação deste órgão regional no Paraná, dificultando a caracterização e localização dos conjuntos construídos por meio dele. Entretanto, conjuntos construídos em Ponta Grossa e em Curitiba demonstram que a CHPEP, assim como grande parte dos órgãos regionais pelo

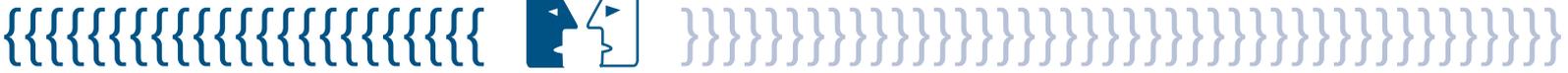
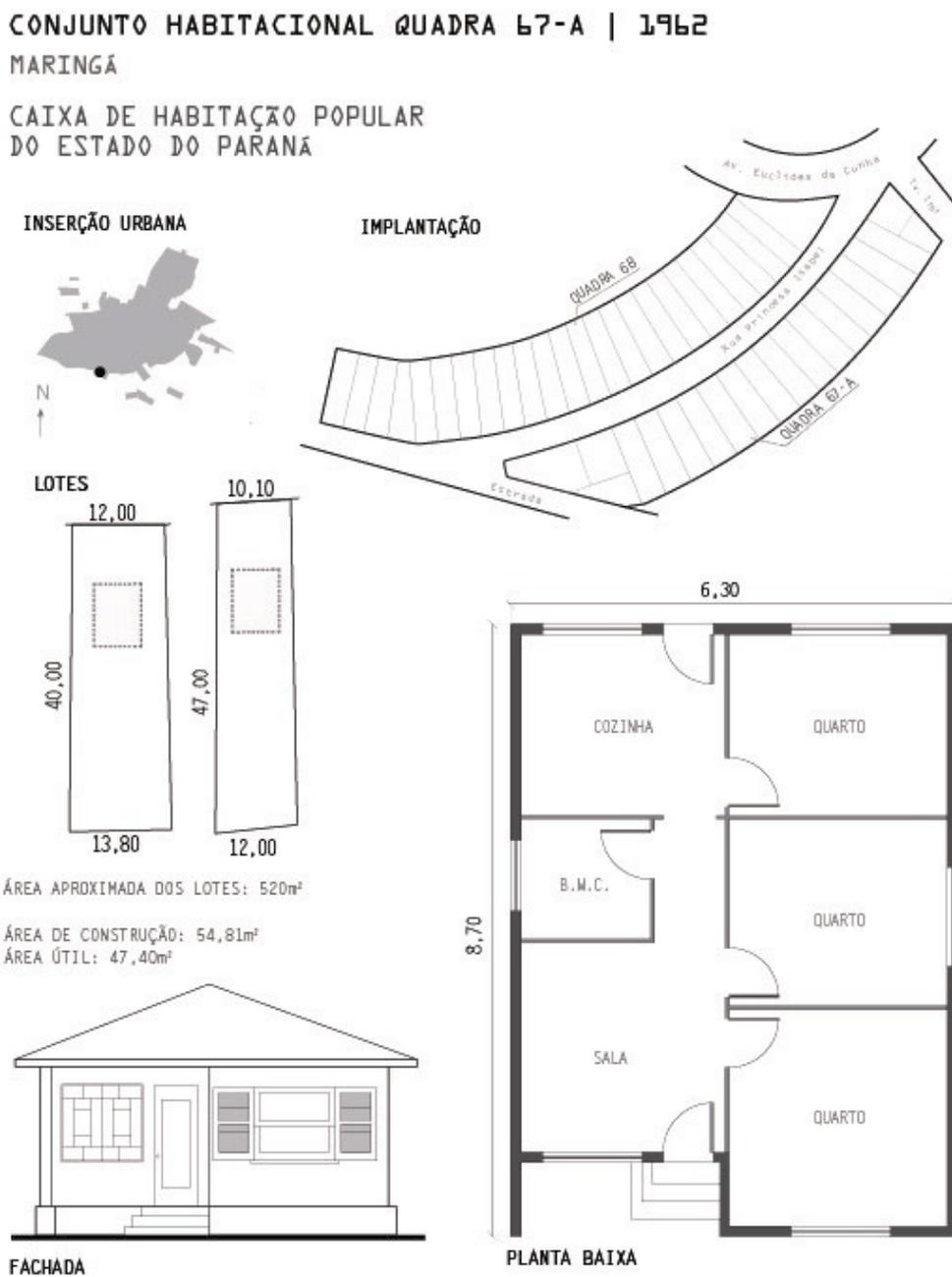


Figura 8 - Projeto do conjunto residencial Quadra 67-A.



Fonte - Garcia (2018), elaborado com base nas pranchas do projeto aprovado na Prefeitura Municipal de Maringá em 1962.

Ma. Tatiane Boisa Garcia
Dra. Fabíola Castelo de Souza Cordovil
Memórias ignoradas: o início de Maringá sob a ótica da habitação



país, reproduziu a visão da casa própria em uma solução por meio da unidade padrão isolada no lote, fortemente defendida por Vargas e difundida na atuação da FCP.

Em síntese Maringá, foi identificado apenas um conjunto provido pela CHPEP e direcionado exclusivamente aos servidores públicos, mas que esteve longe de ser uma política significativa no território maringaense, durante a primeira gestão de João Paulino Vieira Filho (1960-1964). Com o período da Ditadura Militar, a atuação pública na habitação social em Maringá foi conduzida inicialmente por meio da COHAPAR orientada pelo BNH/SFH.

Considerações Finais

A cidade de Maringá, que se originou de um grande empreendimento imobiliário em meados dos anos 1940, comumente é apresentada a partir da ótica de uma origem planejada, de uma constante modernização com a exaltação do novo e da ausência de favelas ou outros problemas urbanos recorrentes nas cidades médias brasileiras na atualidade. Entretanto, esses discursos históricos hegemônicos, que fomentaram a imagem elitizada da cidade, não expõem a trajetória de ações e articulações que delinearão a construção – e o desmanche – de espaços urbanos que abrigaram as camadas mais pobres da população. O artigo expõe na história da cidade experiências que retratam uma Maringá distante de ser uma ilha de exceção entre as demais cidades brasileiras.

Em seu período de origem, foi possível evidenciar que, enquanto um grande empreendimento imobiliário fruto de plano se estruturava, concomitantemente, uma outra cidade era desenhada para abrigar a camada de menor renda que migrava para Maringá. Anos depois, as favelas instaladas na proximidade sul da Zona 2 passaram a ser vistas como atraso à modernidade e empecilho para a expansão territorial do plano. Maringá alinhava-se à trajetória de intervenções municipais fundamentadas em uma visão elitista e higienista – assim como em demais cidades brasileiras –, que pudesse proporcionar a paisagem de uma cidade bela e próspera.

No processo que antecede em alguns meses o início da Ditadura Civil Militar, houve episódios de violência, ameaças e acordos para tentar eliminar a Favela Cleópatra e levar as famílias para outros municípios, assim como protestos, resistências e críticas que, a princípio, mantiveram parte dos moradores na favela. De maneira geral, uma mobilização de resistência estava se formando, sendo liderada por alguns agentes, com destaque para o vereador Bonifácio



Martins. Entretanto, com o golpe de Estado em 1964, ocorreram perseguições a esses agentes e a criminalização de suas ações e ideologias, desarticulando as lutas sociais de resistência por moradia.

Paralelamente, até o período que antecede a Ditadura Civil Militar, a atuação para provisão da habitação foi desconexa ao problema apontado e não se constitui numa política pública efetiva. Nesta análise, cabe evidenciar que Maringá, assim como demais cidades novas do Paraná, não teve amparo das políticas nacionais evidenciadas nos grandes centros urbanos. Com exceção de alguns casos em Curitiba, o Paraná esteve alheio à produção dos IAPs e da FCP.

Por outro lado, este artigo enquanto um estudo da história urbana local resgata a história ignorada dos grupos sociais excluídos na produção da cidade capitalista. Explorou-se aspectos da história urbana brasileira, revelando que o abandono das camadas não solváveis da sociedade pelas políticas públicas habitacionais não se restringiu apenas aos municípios já consolidados e próximos aos grandes centros urbanos brasileiros, mas também se verificou em cidades recém-criadas e decorrentes de planos urbanos.

Por fim, aponta-se que as pesquisas sobre habitação popular têm se orientado para análises dos grandes centros urbanos. Entretanto, reforça-se a necessidade de se extrapolar a história em outros recortes territoriais, direcionando o olhar para as cidades pequenas e médias que se espalham pelo país e assim, compreender de forma mais profunda o quadro da história urbana e da habitação popular no Brasil.

Referências

ABRÃO, Janete. Pesquisa & história. Porto Alegre: EdiPUCRS, 2002.

ABREU, Mauricio de Almeida. Reconstruindo uma história esquecida: origem e expansão inicial das favelas do Rio de Janeiro. Revista Espaço e Debates, São Paulo, n. 37, p. 34-46, 1994.

ABUJAMRA, Wilson. A realidade sobre o problema favela. São Paulo: Bentivegna, 1967.

ALMEIDA, Messias Mendes. [Entrevista cedida a] Tatiane Boisa Garcia. Maringá, 2017. Gravação digital sonora.

ANDRADE, Carlos Roberto Monteiro; CORDOVIL, Fabíola Castelo de Souza. A cidade de Maringá, PR: o plano inicial e as “requalificações urbanas”. Scripta Nova: Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales, Barcelona, v. 12, n. 270, 2008. Disponível em: <http://www.ub.edu/geocrit/sn/sn-270/sn-270-53.htm>. Acesso em: 10 abr. 2017.



BARBOSA, Leonardo Cassimiro. As redes técnicas sanitárias na estruturação do território: análise da cidade de Maringá-PR entre 1947-1980. 2016. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) - Universidade de São Paulo, São Carlos, 2016.

BONDUKI, Nabil. Origens da habitação social no Brasil: arquitetura moderna, lei do inquilinato e difusão da casa própria. São Paulo: Estação Liberdade, 1998.

BRASIL. Projeto Brasil Nunca Mais. Processo 489/69. Curitiba, 1969. Disponível em: http://bnmdigital.mpf.mp.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=BIB_01&PagFis=117413&Pesq=bonif%C3%A1cio%20martins. Acesso em: 26 out. 2017.

CANIATO, Angela Maria Pires. A luta pela moradia de ex-favelados como parte essencial do processo de formação da consciência social. 1986. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1986.

COHAPAR, Companhia de Habitação do Paraná. Plano Estadual de Habitação de interesse social do Paraná - PEHIS-PR. Parte 1. Paraná, 2012.

CORDOVIL, Fabíola Castelo de Souza. A aventura planejada: engenharia e urbanismo na construção de Maringá, PR, 1947 a 1982. 2010. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) - Universidade de São Paulo, São Carlos, 2010.

CORRÊA, Roberto Lobato. O espaço urbano. 3. ed. São Paulo: Ática, 1995.

DENALDI, Rosana. Políticas de urbanização de favelas: evolução e impasses. 2003. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2003.

DIAS, Reginaldo Benedito. Da arte de votar e ser votado: as eleições municipais em Maringá. Maringá: Clichetec, 2008.

DIAS, Reginaldo Benedito. Maringá no nascimento da ditadura civil-militar de 1964: análise do processo movido contra o vereador Bonifácio Martins e seus desdobramentos. Antíteses, Londrina, v. 8, n. 15, p. 393-417, nov. 2015. Disponível em: <http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/antiteses/article/view/21162/17338>. Acesso em: 20 out. 2017.

DIAS, Reginaldo Benedito. [Entrevista cedida a] Tatiane Boisa Garcia. Maringá, 2017. Gravação digital sonora.

DIAS, Reginaldo Benedito; GONÇALVES, José Henrique Rollo (Orgs.). Maringá e o Norte do Paraná: estudos de história regional. Maringá: Eduem, 1999.

ENGELS, Friedrich. A questão da habitação. Belo Horizonte: Aldeia Global, 1979.

GARCIA, Tatiane Boisa. A trajetória das ações estatais na habitação em Maringá de 1947 a 1986. 2018. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) - Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2018.



GONÇALVES, José Henrique Rollo. Maringá: algumas facetas coloniais do projeto urbano. In: MACEDO, Oigres Leici Cordeiro; CORDOVIL, Fabíola Castelo de Souza; REGO, Renato Leão. Pensar Maringá: 60 anos de plano. Maringá: Massoni, 2007. p. 23-36.

LEAL, João Laércio Lopes. [Entrevista cedida a] Tatiane Boisa Garcia. Maringá, 2017. Gravação digital sonora.

LEMONS, Carlos. Os primeiros cortiços paulistanos. In: SAMPAIO, Maria Ruth Amaral de (coord.). Habitação e cidade. São Paulo: FAPESP, 1998. p. 9-38.

LUZ, France. O fenômeno urbano em uma zona pioneira: Maringá. Maringá: Prefeitura Municipal, 1997.

MARICATO, Ermínia. Brasil, cidades: alternativas para a crise urbana. Petrópolis: Vozes, 2001.

MARICATO, Ermínia. Habitação e cidade. São Paulo: Atual, 1997.

MARICATO, Ermínia. Metrópole na periferia do capitalismo: ilegalidade, desigualdade e violência. São Paulo: Hucitec, 1996.

MARINGÁ. Listagem de bairros aprovados até 2002. Maringá: [s. n.], 2002a.

MARINGÁ. Plano Diretor de Desenvolvimento de Maringá: diagnóstico e proposta. Maringá: Câmara Municipal, 1967.

MARINGÁ. Secretaria da Cultura. Gerência de Patrimônio Histórico. Memória dos bairros: Vila Operária. Maringá: [s. n.], 2002b.

MARINGÁ. Secretaria de Planejamento. Arquivos de aprovação de conjuntos habitacionais entre 1962 e 1967. Maringá, 2018.

MARINGÁ. Secretaria de Planejamento. Mapa do Município de Maringá. Maringá: Secretaria de Planejamento, 2015.

MAUTNER, Yvonne Miriam Martha. A periferia como fronteira para a expansão do capital. In: DEAK, Csaba; SCHIFFER, Sueli R. (org.). O processo de urbanização no Brasil. São Paulo: Edusp, 1999. p. 245-260.

MORO, Dalton A. Maringá espaço e tempo. In: MORO, Dalton Aureo (org.). Maringá espaço e tempo: ensaio de geografia urbana. Maringá: UEM, 2003. p. 49-87.

NEGRELLOS, Eulalia Portela. A moderna habitação econômica como questão de estado na produção da capitalista da cidade: fases de expansão e redução dos componentes modernos da cidade e da habitação no Brasil - estado de São Paulo - no período 1930-1985. URBANA: Revista Eletrônica do Centro Interdisciplinar de Estudos sobre a Cidade, Campinas, v. 5, n. 8, p. 599-625, jun. 2014.

NUNES, Layane Alves. Para além do plano de Jorge de Macedo Vieira: a expansão urbana de Maringá de 1945 a 1963. 2015. Tese (Doutorado em Arquitetura e



- Urbanismo) - Universidade de São Paulo, São Carlos, 2015.
- O DIÁRIO DO NORTE DO PARANÁ. Maringá, 27 maio 1977.
- O JORNAL DE MARINGÁ. Maringá, 7 abr. 1966a.
- O JORNAL DE MARINGÁ. Maringá, 27 maio 1966b.
- O JORNAL DE MARINGÁ. Maringá, 21 jul. 1966c.
- O JORNAL DE MARINGÁ. Maringá, 8 dez. 1966d.
- O JORNAL DE MARINGÁ. Maringá, 20 jun. 1967e.
- O JORNAL DE MARINGÁ. Maringá, 7 fev. 1969f.
- O JORNAL DE MARINGÁ. Maringá, 23 fev. 1969g.
- O JORNAL DE MARINGÁ. Maringá, 19 mar. 1969h.
- O JORNAL DE MARINGÁ. Maringá, 13 abr. 1969i.
- O JORNAL DE MARINGÁ. Maringá, 30 maio 1969j.
- PADIS, Pedro Calil. Formação de uma economia periférica: o caso do Paraná. São Paulo: Hucitec, 1981.
- REGO, Renato Leão. O desenho urbano de Maringá e a ideia de cidade-jardim. *Acta Scientiarum*, Maringá, v. 23, n. 6, p. 1569-1577, 2001.
- REIS, Osvaldo. Maringá e seus prefeitos, 1952-1996: um perfil das principais realizações de cada gestão. Maringá: Clichetec, 1996.
- RODRIGUES, Ana Lúcia. A pobreza mora ao lado: segregação espacial na região metropolitana de Maringá. 2004. Tese (Doutorado em Ciência Sociais) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2004.
- SCHEFFER, Sandra Maria. O espaço urbano e a política habitacional: uma análise sobre Ponta Grossa. *Emancipação*, Ponta Grossa, v. 6, n. 1, p. 257-278, 2006.
- SILVA, Helena Maria Menna Barreto. Terra e Moradia: Que papel para o município? Tese (Doutorado), Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, São Paulo: FAUUSP, 1998.
- STEINKE, Rosana Zanete. Ruas curvas versus ruas retas: a trajetória do urbanista Jorge de Macedo Vieira. Maringá: Eduem, 2007.
- TASCHNER, Suzana Pasternak. Favela e cortiços no Brasil: 20 anos de Pesquisa e Políticas. *Caderno de Pesquisa do LAP*, São Paulo, n. 18, 1997.
- TOMAZI, Nelson Dacio. Certeza de lucro e direito de propriedade: o mito da Companhia de Terras Norte do Paraná. 1989. 254 f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Assis, 1989.



VARGAS, Túlio. JP: o promotor de obras. Curitiba: [s. n.], 2003.

VIEIRA FILHO, João Paulino. [Entrevista cedida ao] Projeto Memória da Prefeitura de Maringá. Entrevistador: João Laércio L. Leal. Maringá: Prefeitura Municipal, 1993.

ZANIRATO, Silvia Helena. A fotografia de imprensa: modos de ler. In: ZANIRATO, Silvia Helena; PELEGRINI, Sandra (org.). As dimensões da imagem: abordagens teóricas e metodológicas. Maringá: Eduem, 2005. p. 15-37.

Notas

¹Este artigo foi desenvolvido a partir das análises da dissertação *A trajetória das ações estatais na habitação em Maringá de 1947 a 1986*, cuja pesquisa teve financiamento Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, CNPq, Brasil ESPM-Rio.

²Professora do Departamento de Planejamento, Urbanismo e Ambiente da Universidade Estadual Paulista Julio de Mesquita Filho, Campus Presidente Prudente (UNESP).

³Professora do Departamento de Arquitetura e Urbanismo, da Universidade Estadual de Maringá (UEM).